

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

RESPEITO É BOM E EU ENSINO DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE HISTÓRIA¹

Adriana Bastos Kronemberger

Mestra em Ensino de História – UNIFESP

Mestra em História Social – PUC/SP

adriana.kronemberger@gmail.com

Resumo

Este trabalho é parte da minha dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História, desenvolvida pelo Programa ProfHistória/Unifesp e defendida no ano de 2020. O objetivo é, por meio de entrevistas, discutir a possibilidade de professores de história, mesmo em tempos de avanço de pensamentos conservadores, desenvolverem práticas docentes que promovam os Direitos Humanos, tanto em sala de aula quanto em toda a escola. A pesquisa que deu origem a esse trabalho foi desenvolvida com a metodologia da História oral. Por meio de entrevistas produzidas com professores de história das redes públicas da região metropolitana de São Paulo, foi feita uma análise de como estes representam as suas práticas docentes em Direitos Humanos. Para a compreensão dos relatos coletados foi feita uma discussão sobre a própria história dos Direitos Humanos, a inserção desses direitos no Brasil, na educação brasileira e no Ensino de História.

Palavras-chave: Direitos Humanos e Ensino de História. História oral. Práticas Docentes.

Introdução

Após o violento período da ditadura militar no Brasil e a agitação dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 na luta pelos Direitos Humanos, houve um grande avanço nas discussões sobre esse tema e a Constituição de 1988 revela grandes conquistas

¹ Título da dissertação de Mestrado profissional de Adriana Bastos Kronemberger, defendida em 10 de novembro de 2020 no Programa Pós Graduação ProfHistória da UNIFESP.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

nesta área. Apesar disso, sabe-se que há uma grande distância entre a legislação e a prática e os Direitos Humanos e sociais seguem sendo desrespeitados em nosso país de maneira cada vez mais alarmante. Publicamente, após a ditadura, as discussões sobre o assunto ficaram restritas aos resistentes grupos sociais que ainda lutam para verem na prática a materialização dos direitos conquistados. Tal situação fez com que os Direitos Humanos se tornassem um tema que, para grande parte da população, principalmente a parte mais pobre, prevaleça um quase desconhecimento ou pior, uma distorção.

Este trabalho apresenta estratégias utilizadas por professores que visam interromper um ciclo de desrespeito aos Direitos Humanos que tem se perpetuado por décadas no ambiente escolar. Não se trata de afirmar que a escola desrespeita os Direitos Humanos, mas que nela, assim como em toda a sociedade, esses desrespeitos podem ocorrer. Neste trabalho observa-se que, a partir da escola, essa situação pode ser revertida gradualmente, dentro e fora dela.

A escola pública é um espaço favorável para o estabelecimento de trocas, mas também é onde as tensões ficam evidentes. Indivíduos “diferentes” dividem e disputam o mesmo espaço e essa é rica oportunidade para se observar e discutir os Direitos Humanos, mas muitas vezes essa tal oportunidade é perdida por desconhecimento do tema por parte da comunidade escolar, por impedimentos impostos pela própria cultura escolar e pelo despreparo dos profissionais envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, os quais não tiveram em sua formação relevantes conhecimentos para a construção de uma cultura dos Direitos Humanos.

O objetivo deste trabalho foi entrevistar professores de História da Educação Básica pública que atuam com a temática dos Direitos Humanos, e por meio das representações que estes fazem do seu trabalho, discutir suas experiências. Neste objetivo está a intencionalidade de indicar que, um profissional da educação preocupado e bem formado nesta temática, consegue interferir em processos nos quais ele verifique violações dos Direitos Humanos e, junto com os outros atores envolvidos no ambiente escolar, é capaz de reverter esses processos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

A escolha de entrevistar professores da Educação Básica pública foi pertinente neste momento, quando surgem grupos conservadores que apontam os professores de história como potenciais doutrinadores ideológicos, que convertem seus alunos ao comunismo. Para muitos desses grupos, defender os Direitos Humanos seria uma prática “esquerdista”, comunista, pois, em suas fundamentações teóricas rasas não conseguem distinguir conceitos importantes nem compreender o valor liberal que existiu na elaboração dos documentos mais importantes sobre os Direitos Humanos no decorrer da história.

Os professores de história não têm poderes especiais e nem são treinados para formar alunos “militantes” de nenhum tipo. Essa acusação é uma generalização simples diante da pluralidade das formações políticas existentes entre os professores de história e de suas subjetividades. Entretanto, esses professores podem refletir, juntamente com seus alunos, durante suas aulas ou em outros ambientes e situações. E nessas reflexões, os Direitos Humanos devem ser abordados. E é sobre isso que trata este trabalho, analisar práticas docentes de professores de história que discutam os Direitos Humanos.

Mesmo assim, a prática de incentivo à crítica que, supostamente, alguns professores de história possuem, é limitada às suas aulas e escolas de atuação. Por isso, muitos professores de história dedicam seu tempo a melhorar a qualidade de sua formação para que possam resistir a esses ataques. Aulas e escolas são espaços de produção, perpetuação e também de transformação de saberes sociais e a história observa as permanências e as continuidades da nossa sociedade no tempo e no espaço. O Ensino de História pode ser uma luz que indique um desvio desse percurso conservador que tem ganhado força em quase todos os grupos sociais atualmente.

Na contramão desse percurso conservador estão os professores entrevistados para a produção deste trabalho, que lançam mão de algumas metodologias do Ensino de História para abordar os Direitos Humanos de maneira respeitosa, acolhedora e dialógica. Reconhecendo diferenças e individualidades, tais professores desenvolvem práticas docentes que podem auxiliar nas discussões sobre um Ensino de História cada vez mais reflexivo e que colabore na construção de uma sociedade menos desigual.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

Metodologia

Como já mencionado, o objetivo deste trabalho foi entrevistar professores de História e os professores selecionados para as entrevistas atuam na Prefeitura e na Rede Estadual de São Paulo, em escolas localizadas nas periferias da região metropolitana dessa cidade, que, como em outras periferias de grandes cidades brasileiras, apresentam uma grande dificuldade de discutir os Direitos Humanos por aqueles que mais tem esses direitos violados em seu cotidiano, os mais pobres.

As entrevistas ocorreram no ano de 2019 e os entrevistados foram recrutados por meio da UNIFESP, que havia oferecido um curso de especialização em Direitos Humanos para professores da Rede Pública de São Paulo, entre os anos de 2015 e 2016 e por indicações de outros professores. Além das entrevistas, também foram utilizados como fontes documentos oficiais referentes aos Direitos Humanos, à Educação e ao Ensino de História.

Participaram deste trabalho como entrevistados nove professores, dos quais são apresentadas aqui trechos de cinco entrevistas feitas com: B.G., D.C., F.Y., L.B. e L.H.². Esta seleção seguiu os critérios de que os entrevistados deveriam estar atuando em sala de aula e possuírem projetos e práticas relacionados aos Direitos Humanos nas escolas públicas no período do desenvolvimento da pesquisa.

No trabalho com as entrevistas a metodologia da História oral foi utilizada e pautada pelos estudos de Portelli (1993 e 1996) e Alberti (2005). Foram gravados diálogos (apenas vozes) entre a pesquisadora e os entrevistados. Estes diálogos ocorreram em locais públicos e seguiram um formato de questionário estabelecido previamente, que foi guiado por um roteiro que objetivava obter os dados necessários para a produção do trabalho. As perguntas do questionário estavam relacionadas às práticas dos docentes em Direitos Humanos, suas vidas pessoais e suas escolhas metodológicas. Com os documentos escritos a análise foi feita intermediada pelos estudos de Bakhtin (1997), nos

² Destaca-se que na redação do trabalho optei por utilizar letras maiúsculas seguidas de ponto para me referir aos entrevistados. Isso ocorreu para respeitar o anonimato dos mesmos, condição imposta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado pelo Comitê de Ética da Unifesp/Plataforma Brasil

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

quais são considerados os meios, os contextos e os sujeitos que produziram tais documentos.

Importa ressaltar que dentro da temática dos Direitos Humanos encontram-se outros temas fundamentais para a formação do indivíduo, temas que provocam sentimentos imprevisíveis. Este trabalho não se furta a destacar práticas docentes que abordem questões como o racismo, o machismo, a intolerância religiosa entre outras. Consideram-se os trabalhos apresentados pelos professores tanto em suas aulas de história, quanto em todo o espaço escolar na reflexão sobre esses temas, mas destaca-se que o trato adequado dessas questões depende da capacidade do professor de compreendê-las, contextualizá-las e discuti-las com cuidado e respeito, como cabe um trabalho com temas sensíveis.

Discussão bibliográfica

Grupos conservadores vêm questionando conquistas sociais importantes em diversos campos do pensamento, mas chama atenção os ataques aos comportamentos sociais e aos ideais políticos. Até há bem pouco tempo, poder-se-ia considerar inviáveis retrocessos nas conquistas sociais, mas atualmente o pensamento reacionário vem mostrando a sua face nada ingênua em diversas áreas da sociedade. Abriu-se espaço para que as pessoas que sempre pensaram de maneira conservadora exibissem suas opiniões e preconceitos sem o menor constrangimento. Há várias razões para isso, que vão desde a democratização das redes sociais até a ascensão ao poder de um grupo conservador nos costumes e limitado teoricamente em suas posições políticas, econômicas e sociais. Espelhados na liderança maior do país e em outras figuras públicas que ganharam notoriedade pela internet e na rabeira da ascensão do conservadorismo em países de destaque, como os Estados Unidos da América, pessoas oriundas de diversos grupos sociais fizeram ressurgir, assustadoramente, ideias e comportamentos há muito tempo considerados ultrapassados. No Brasil, esse “neoconservadorismo” ganha força de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

maneira desorientada, sem um encaminhamento teórico consistente que valide seus pensamentos e atos, perpetua preconceitos e estimula a intolerância.

Este trabalho é uma reflexão sobre o papel do Ensino de História que, de alguma forma, pode ajudar no enfrentamento dessa situação, que evoca a violência pelo estímulo ao ódio, a homofobia, o racismo.... Esta é uma reflexão sobre a possibilidade de, em uma aula de história, incentivar discussões sobre violações diversas dos Direitos Humanos individuais e de grupos sociais, estimulando a reflexão e os estudos sobre o tema, mantendo o respeito às diversas formas de pensamento.

Então, o que são Direitos Humanos? Konder Comparato (2003), afirma que os Direitos Humanos seriam direitos que “correspondem, integralmente, ao que o costume e os princípios jurídicos internacionais reconhecem, hoje, como exigências básicas de respeito à dignidade humana” (COMPARATO, 2003, p. 137). Entretanto, no Brasil, a compreensão desses direitos possui especificidades. De acordo com Benevides (1998, p. 39 e 40), os Direitos Humanos por aqui formam um conceito polêmico, pois encontram entraves devido a sua pouca incorporação ao vocabulário cotidiano das pessoas e, muitas vezes, são identificados como “direitos para bandidos”. Neste sentido, a educação seria forte aliada na desmistificação dessa ideia. Assim, faz-se necessária a compreensão da relação existente entre a educação e Direitos Humanos.

Na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, a educação, alinhada aos direitos sociais, foi reconhecida como direito básico. A partir de então, houve muitas modificações nas legislações dos países signatários desta *Declaração*. No Brasil, após a Constituição de 1988, surgiram diversos documentos que vislumbram dialogar com a educação e os Direitos Humanos, com o objetivo de desenvolver políticas de inclusão social e de respeito. Como exemplo, há as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos* (DNEDH), de 30 de maio de 2012, na qual consta que

a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação (BRASIL, 2012).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Na citação acima observa-se o reconhecimento da educação como um direito humano e a sua vigilância como um ato muito relevante para uma efetiva transformação social. Na *Constituição Federal*, de 1988, a educação também consta como um direito e em seu Artigo 6º está disposto: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Os Direitos Humanos e a Cultura Escolar

Para a compreensão do grupo de direitos que forma os Direitos Humanos é necessária uma educação escolar sobre esses direitos. Entretanto, entre a Cultura Escolar e a educação em Direitos Humanos há obstáculos a serem transpostos. Mas, o que se entende por “cultura escolar”? Segundo Viñao Frago (2007), essa expressão surgiu na História da educação nos anos de 1980 e se refere às normas e tradições que interferem no que deve ser ensinado e ditam formas e comportamentos que são difíceis de serem transformados e se perpetuam na repetição de valores e práticas interiorizados pelos sujeitos envolvidos no processo. Para Viñao Frago (2007, p. 89), as reproduções que fortalecem a cultura escolar ocorrem por meio da linguagem, dos gestos, das formas de avaliação e de tratamento. O autor também observa que os professores, os pais, os alunos e os funcionários têm cada um determinadas funções nessa produção cultural, que se dá no cotidiano, quando formas, estruturas e comportamentos excludentes se mantêm por meio de ações e omissões.

Alguns comportamentos excludentes naturalmente reproduzidos na escola não são fáceis de serem transformados, porque seguem uma tradição imposta aos atores. Mas somente por meio da compreensão desse funcionamento é que é possível rompê-lo. Neste sentido, Chervel (1990), afirma que “o sistema escolar (...) desempenha na sociedade um papel (...) duplo (...) ele forma os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (CHERVEL, 1990, p.11). Sendo, justamente nessa capacidade de a escola produzir uma cultura capaz de modificar a sociedade, se encontra este trabalho, que apresenta práticas docentes relevantes na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

incitação de discussões sobre os Direitos Humanos e objetivam superar preconceitos na sociedade a partir da escola.

Educação em Direitos Humanos e Currículo Escolar

Na superação dos obstáculos impostos pela Cultura Escolar a Educação em Direitos Humanos deve passar também pelo currículo. Na pesquisa que deu origem a este trabalho foram apresentadas iniciativas nas quais os professores e alunos envolvidos, refletem sobre a realidade que os cercam e, na maior parte das vezes, a partir do currículo escolar, buscam construir um conhecimento dialético. Mas, o que seria um currículo escolar? Para Ivor Goodson (1997), o currículo escolar seria

um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos (...) um conceito ilusório e multifacetado (...) escorregadio, na medida em que se define, redefine e negocia numa série de níveis e de arenas (GOODSON, 1997, p. 17).

Para o autor, o currículo escolar teria como característica ser flexível, sendo transformado e adequado conforme as negociações realizadas pelos sujeitos e contextos que circundam a sua concepção, por isso seria algo de difícil análise. Para Goodson (2008), cada grupo que está no poder produz currículos escolares com seus objetivos ideológicos, por isso, na análise desses currículos escritos, seria relevante ter conhecimento acerca das discussões que precederam suas elaborações, para ir além do que está escrito. Pois se assim não o fizermos, “a tentação será a de aceitá-lo como um pressuposto. Aceitar-se-iam como “tradicionais” (...) versões de currículo que num exame mais aprofundado podem ser considerados o clímax de um longo e contínuo conflito.” (GOODSON, 2008, p. 24).

A pesquisa que deu origem a este trabalho buscou investigar experiências desenvolvidas por professores de história com os Direitos Humanos, como esses direitos aparecem nos currículos escolares e quais as razões políticas e históricas desses direitos constarem nesses documentos. Pois, ainda para Goodson (2008), uma análise de escolarização sem a compreensão dos contextos sociais e políticos nos quais os currículos analisados tiveram origem é pressupor que não existe uma intenção de controle da escola na elaboração desses currículos escritos. Mas, partir dessa perspectiva leva ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

conformismo e à aceitação sem críticas ou questionamentos do que está escrito e, como observado por Willians (2005, p. 51), é importante ser capaz de perceber as relações de poder que ocorrem nas instituições, no caso deste trabalho, a escola, que é um setor responsável por formação ideológica.

A História como disciplina e os Direitos Humanos

Atualmente, há muitas transformações ocorrendo na educação e há de se observar atentamente para que estas não estejam apenas atendendo às demandas sociais, culturais e econômicas do neoliberalismo. Além disso, mais recentemente, se faz necessário observar também as ações de alguns grupos sociais que veem questionando os próprios Direitos Humanos, principalmente na escola, questionando o currículo escrito e a prática dos professores.

Mas, para a resistência à essas intencionalidades, importa conhecer os seus projetos e as possíveis formas de superá-los, é nesse caminho que o Ensino de História pode atuar, pois, os Direitos Humanos constam nos documentos oficiais que versam sobre a educação, tal fato assegura a legitimidade do trabalho dos professores, que podem propor temas considerados controversos, com suas abordagens muitas vezes criticadas, até mesmo por outros atores da escola. Mas estando os professores amparados por legislações, podem propor diversas análises que conduzam à construção de um conhecimento respeitoso e plural. Sobre isso versa este trabalho que, por meio de entrevistas, apresenta algumas práticas dos depoentes, no caso, professores de história que atuam com o tema Direitos Humanos e que conduzem reflexões que geram transformações, ou não. Isso é História.

Nesse sentido, Alberti (2018) indica o artigo 4º em seu item I, das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), de maio de 2012, no qual aparece de forma definida a relação da História os Direitos Humanos, “I – apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local” (BRASIL, 2012, p. 21). Alberti (2018) ainda destaca que, “a história se apresenta como disciplina chave para construir possibilidades no campo da Educação em Direitos Humanos” (ALBERTI, 2018, p. 117 e 118).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

Foi sob a perspectiva indicada acima por Alberti (2018) que os depoimentos dos entrevistados para esse trabalho foram analisados. Seus depoimentos foram ouvidos, o que também requer limites, compreensão acerca de suas memórias, respeito aos seus silêncios e entusiasmos. Para este trabalho os entrevistados foram ouvidos sem a intencionalidade de julgar o que é real ou o que é representação em suas narrativas. Mas, não se pode perder de vista o fato de que boa parte daquilo que os professores acreditam e afirmam que vivem e desenvolvem são representações, o que não invalida os seus depoimentos, pois, de acordo com Portelli (1993), “Todos estes relatos não se referem à forma pela qual a história se desenvolveu, mas como ela poderia ter ocorrido. Seu campo não incide na realidade, mas na possibilidade.” (PORTELLI, 1993, p.50). É na possibilidade de fazerem alguma diferença na vida de seus alunos que os professores entrevistados acreditam no potencial transformador de seus trabalhos. Aqui, destacam-se pequenos trechos das entrevistas realizadas e temas que foram abordados pelos depoentes durante o trabalho.

Professor B.G.

Atuando nas redes públicas e privadas de educação, o professor B.G. é mestre e especialista em História pela PUC de São Paulo. Segundo ele, sua prática em Direitos Humanos é constante, sempre diversificando temas, mas, durante a entrevista, demonstrou entusiasmo com o seu trabalho com as questões relacionadas ao grupo LGBT³, conforme:

Eu consegui levar o *Centro de Cidadania LGBT*, duas educadoras, inclusive uma transexual (...) consegui levá-las lá na escola para dar uma palestra. Nós temos 5 Centros de Cidadania LGBT em São Paulo que é parte do *Programa Transcidadania*⁴ do Fernando Haddad.⁵

Na entrevista o professor B.G. falou bastante sobre o seu trabalho com as discussões em torno dos direitos dos grupos LGBT, aparentou orgulho de fazer este

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)

⁴ Programa que promove a reintegração social de travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php> Acesso em: 05 de jun. 2020.

⁵ Fernando Haddad foi prefeito do Município de São Paulo de 2013 a 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

trabalho e destacou o quanto é importante falar sobre as questões relacionadas a esse público dentro das escolas. Declarou não ter enfrentado resistência por parte da comunidade escolar para realizar este trabalho, havendo apenas ocorrido ausências na palestra de alguns alunos que se recusaram a assistir.

Professor D.C.

Como práticas docentes em Direitos Humanos, o professor D.C. relatou que propõe em suas aulas leituras de documentos oficiais sobre o tema, especialmente a da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), segundo ele:

A gente lê a Declaração dos Direitos Humanos na íntegra, na sala de aula. Às vezes leva um bimestre fazendo esse trabalho. É leitura pontual, não precisa entender. A leitura desse documento te dá a estrutura do mundo que a gente tem. Quer dizer, se todos os sistemas políticos, os Estados Nacionais, grande parte, quase maioria estão organizados naquilo que é a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

De acordo com D.C. a intencionalidade contida na leitura dos documentos oficiais sobre os Direitos Humanos estaria na necessidade de explicar para os alunos a lógica de organização do mundo em que vivemos, “E aí não estou falando se está bom ou está ruim. Estou falando que está. É uma questão pragmática. É assim que está. E aí vamos discutir”.

Professor F.Y.

O professor F.Y. estava com 38 anos de idade quando concedeu a entrevista para a pesquisa. Ele relatou que é chileno de nascimento, mas veio para o Brasil muito criança, por isso frequentou escolas brasileiras e apresentou como lembranças de sua época na escola as relações amistosas que construiu com os seus colegas e com os professores. O fato de ele ser um imigrante também foi algo destacado na entrevista, pois esta condição despertava a curiosidade de todos na escola.

Mesmo que tenha afirmado na entrevista ter escolhido ser professor de história inspirado por uma vocação, também indicou que a escolha ocorreu porque ele acreditava que a licenciatura em história lhe ofereceria mais campo de trabalho. Apesar de a primeira ideia ser famosa, muito utilizada e romantizada por muitos professores de história para justificarem sua escolha profissional, a segunda afirmação é mais realista. Neste ponto

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

pode parecer que surge na elaboração do discurso de F.Y. uma aparente contradição, mas isto é a marca de sua subjetividade que, conforme alertado por Portelli (1996), não caberia ao pesquisador tentar escondê-la, pois, “a subjetividade (...) contribui por si mesmo o argumento” (PORTELLI, 1996, p. 2).

Sobre o trabalho com Direitos Humanos, ele falou do seu projeto com poesia, por meio do qual ela a insere no cotidiano dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Segundo o professor, em 2014, “surge o encontro entre jovens que tinham essa aproximação com a poesia e o que eu levo da poesia (...) dessa vontade de expressar é que foi formado o coletivo pelos jovens (...) acabou sendo convidado pra que esses jovens pudessem falar em outros espaços”.

Professora L.B.

Segundo a professora L.B., ela nasceu em Garanhuns, Pernambuco e veio de Recife para São Paulo com a sua família em busca de trabalho quando tinha 14 anos de idade. No dia da entrevista ela estava com 60 anos de idade e de acordo com suas palavras, “Nós viemos em busca de trabalho. As meninas adolescentes, que vai chegando à idade de trabalhar e no Recife, a gente morava no Recife, não tinha mercado”. Um fato importante a ser destacado na entrevista de L.B. é que, segundo ela, militou politicamente na região do ABCD, em São Paulo, nos anos de 1980 e 1990, e isso teria sido uma das suas motivações para a sua escolha de ser professora de história. Mas, assim como outros entrevistados, a professora também apontou a sua escolha pela docência por questões mais práticas, uma vez que, segundo ela

muitas pessoas romantizam a escolha da docência: ‘Ah, é lindo, maravilhoso e tal’. É óbvio que é muito importante, muito. Na verdade, nós de classe social baixa, obviamente eu seria o que? Pobre, de classe C, no máximo. Vim pra São Paulo para que? Para trabalhar. Uma pessoa na minha condição socioeconômica não pode escolher ser artista de Belas Artes, atriz de teatro...

Apesar de deixar claro que poderia ter escolhido outra profissão, para L.B., a escolha da carreira de professora se deu também por motivações materiais, por achar que essa seria uma profissão mais realista dentro das suas condições sociais. L.B. relatou que desenvolve um projeto na escola onde atua, no qual discute a violência contra as mulheres. Sobre esse projeto falou:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

A temática, a questão é a violência contra as mulheres e reúne em torno de 15, 20 alunos. Eles variam um pouco, porque tem mil problemas. Nós então construímos uma peça de teatro com uma história que denuncie as questões da violência contra a mulher. O excesso de trabalho em casa, comparando com o marido e os filhos. O assédio sexual, principalmente nos meios de transporte, mas em geral. A gente discute isso e na peça de teatro conta-se uma história da mulher em casa e do aprendizado sobre os problemas do machismo. Esse projeto vai redundar, como resultado final, a exibição de uma peça de teatro construída coletivamente mesmo.

L.B. inicialmente destacou que trabalha a questão da violência contra as mulheres na sociedade brasileira, mas diante de suas palavras, pode-se inferir que ela trata da condição da mulher como um todo. Este seria o tema escolhido por L.B. para discutir os Direitos Humanos com os seus alunos e, em um processo de reflexão e debate e, juntos, constroem uma peça teatral. Para a professora, os debates que antecedem a apresentação final da peça têm um claro objetivo: “Que as meninas se fortaleçam, fortalecer a identidade feminina como uma pessoa de força, como um ser de força, com capacidade e que não precisa entrar nessas narrativas de ‘eu preciso de um homem’”.

Professor L.H.

L.H. é formado pela Universidade de Guarulhos (UNG), seu diploma foi obtido no ano de 2010. É importante destacar na trajetória de L.H. que, na ocasião da entrevista, estava com 64 anos de idade e que ele teve uma carreira anterior, ele foi jornalista por muitos anos e se aposentou nesta função. Nasceu e viveu a sua infância na cidade de São Paulo.

Assim como a professora L.B., L.H. também relatou que teria escolhido ser professor de história por questões relacionadas à sua militância. De acordo com sua narrativa, a participação no Movimento Negro foi muito importante na sua escolha, pois ele percebia que faltava alguma coisa. De acordo com ele, o Movimento Negro tinha muita teoria e pouca prática e essa “deficiência” teria sido uma das razões da sua escolha em ser professor. Segundo ele:

Porque uma das lutas nossas era a Lei 10.639⁶, que foi a primeira, basicamente a primeira lei que o Lula assina. Fala sobre o Movimento Negro. “Eu vou dar

⁶ Lei Nº 10.639, que determina a inclusão no currículo oficial das redes públicas de ensino a obrigatoriedade da temática da História e da Cultura Afro-brasileira. Lei de 2003, assinada pela então Presidente da República: Luis Inácio Lula da Silva.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

aula pra ver, pra usar a Lei 10.639”. Porque no Movimento Negro, essas entidades todas que tem no Movimento Negro, se fala muito, se tem muito discurso, mas não se tem prática.

Conforme já mencionado, o professor L.H. afirmou que se formou em 2010, sete anos depois da assinatura da Lei 10.639, este fato o teria incentivado a escolher a docência em história após a sua aposentadoria como jornalista. L.H. destacou que a África é um assunto recorrente em suas aulas, quando promove rodas de conversas e leituras compartilhadas. Segundo o professor, nesses momentos consegue enxergar o potencial de seus alunos, “os caras vão falando, então você fala, tem potencial para um monte de coisa. Não sei se o cara vai ser um cientista ou não. Eu espero que ele seja um bom cidadão. É o que importa”.

Nas palavras do professor L.H. encontra-se uma importante observação, que seria a recorrente ideia, historicamente construída, de a história ser apontada como uma disciplina que trabalha para a formação da cidadania. Essa “função” da história, atualmente se mostra ainda importante, porém, mais dedicada a formar sujeitos responsáveis, reflexivos, com uma visão crítica, que sejam capazes de interferir em suas próprias realidades e na sociedade que os cerca, que convivam com as diferenças e as respeitem.

Considerações

Há muitos desafios impostos diariamente aos professores de história, desafios que se encontram na materialidade dos currículos oficiais, no difícil diálogo desse com a realidade das escolas e dos alunos e na constante vigilância que ronda esses professores diante dos largos passos em retrocesso ao pensamento progressista. Mas a hipótese inicial da pesquisa era a de que, apesar de toda a patrulha ideológica, alguns professores mantinham práticas vinculadas aos Direitos Humanos e resistiam aos ataques de pessoas e grupos conservadores. A experiência de ouvir os professores indica que sim, há professores resistindo. A pesquisa foi um grande aprendizado, o que indica outro objetivo, que é compartilhá-la com outros professores de história.

Referências

Fontes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

Entrevistas

B.G. - São Paulo, 02 de julho de 2019.

D.C. - São Paulo, 15 de julho de 2019.

F.Y. - São Paulo, 01 de agosto de 2019.

L.B. - São Paulo, 22 de julho de 2019.

L.H. - São Paulo, 26 de junho de 2019.

Documentos e orientações curriculares

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Livros e artigos

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís – Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo. Editora Contexto, 2005.

ALBERTI, Verena. Entrelaçando Saberes: Educação em Direitos Humanos, outros Espaços de Saber que também educam. In: ALVES, Luís Alberto Marques (org.). **Cruzar fronteiras sobre o Ensino de História: II Oficinas Luso Brasileiras**. CITCEM, 2018.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. n. 104, 1998. Disponível em:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

<<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/715>>

Acesso em 26 out. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. n. 2, 1990.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Projeto História**, v. 17, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOODSON, Ivor F. Currículo: A invenção de uma tradição. *In: Currículo: Teoria e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOODSON, Ivor F. História Social das Disciplinas Escolares. *In: A Construção Social do Currículo*. Tradução de Maria João Carvalho. Lisboa, Portugal: Editora EDUCA, 1997.

KRONEMBERGER, Adriana Bastos. Respeito é bom e eu ensino. Direitos Humanos Ensino de História. Dissertação de Mestrado. UNIFESP. 2020.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos – Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução de Maria Therezinha Janina Ribeiro. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, Dez/1993.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Tradução de Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Ramada, Portugal: Edições Pédago, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Outras fontes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

História falada: memória, rede e mudança / Material de aula Memórias Ecanas.
Sesc/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial, 2006, p. 219 -221. Disponível em:
<<https://edisciplinas.usp.br>> Acesso em: 11 dez. 2019.
<<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/11/17/premio-territorios-educativos-contempla-finalistas-em-evento-de-encerramento/>> Acesso em: 06 jan. 2020.